

CARTA DE REPÚDIO À INTENÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO DE EXTINGUIR A FUNDAÇÃO FLORESTAL

A crise econômica causada pela pandemia da COVID 19 afetou o mundo inteiro. Países, estados e municípios terão, a partir de agora, que encontrar alternativas para enfrentar as graves dificuldades que virão. Equivocadamente o governo do estado de São Paulo, para suprir um déficit de cerca de 27 milhões, está planejando extinguir a Fundação Florestal, criada em 1986 para “contribuir para a conservação, o manejo e a ampliação das florestas de produção e das Unidades de Conservação estaduais, atuando conjuntamente com o Instituto Florestal”. Certamente não é a melhor resposta à crise, desde que várias pesquisas vêm demonstrando que a destruição de habitats naturais cria condições para o surgimento de novos vírus e doenças, antes desconhecidos.

A Fundação Florestal é ligada à Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente e é responsável pela gestão da maior parte das áreas protegidas (unidades de conservação - UC) estaduais do estado de São Paulo. São 53 UCs de proteção integral, sendo 38 parques estaduais, 15 estações ecológicas, 2 monumentos naturais e 2 refúgios de vida silvestre, além de 49 UCs de uso sustentável, sendo 33 áreas de proteção ambiental, 5 áreas de relevante interesse ecológico, 2 florestas estaduais, 2 reservas extrativistas e 7 reservas de desenvolvimento sustentável. Ao todo são mais de 3 milhões de hectares que reúnem áreas importantes seja por seu valor paisagístico, ecológico, científico, cultural, entre outros.

As unidades de conservação constituem redutos nos quais os ecossistemas encontram-se minimamente preservados e fornecem uma série de bens e serviços essenciais para a manutenção da sociedade. Aspectos fundamentais relacionados à qualidade de vida da sociedade, como a manutenção destes ecossistemas e bens e serviços associados, uso sustentável de recursos e prevenção de desastres naturais, dependem da preservação destas áreas. Além disso, trazem benefícios imateriais refletidos no bem estar das pessoas que as frequentam.

A gestão inapropriada do meio físico vem trazendo há muito tempo problemas que apenas se agravam. A crise hídrica que afetou o estado em 2013/2014 e a nuvem de fumaça que cobriu a capital paulista em agosto de 2019 são exemplos de como as ações antrópicas podem afetar as pessoas. Além disso, áreas intensamente urbanizadas, como a Região Metropolitana de São Paulo, têm sofrido constantemente com enchentes e deslizamentos causados pelo aprisionamento de rios e construções sem planejamento. A população, especialmente aquelas mais fragilizadas, que habitam áreas de risco e com pouca ou nenhuma infraestrutura, são as mais afetadas.

Todos estes exemplos deveriam servir para aprendermos com nossos erros. Deveriam servir para fortalecer políticas públicas de conservação da natureza como forma de legarmos às gerações futuras um planeta com condições mínimas de habitação. Mas não é isso que se vê no estado de São Paulo e, infelizmente, no Brasil.

A AGeoBR - Associação Brasileira de Defesa do Patrimônio Geológico e Mineiro acredita que a conservação do meio natural em toda a sua amplitude, que inclui a biodiversidade e a

geodiversidade, é fundamental para a manutenção mínima da qualidade de vida da população por meio da garantia de recursos naturais indispensáveis para a sobrevivência de qualquer ser vivo.

Diante estes fatos, manifestamo-nos fortemente contrários à intenção do governo estadual de São Paulo de extinguir a Fundação Florestal. Trata-se de um retrocesso sem precedentes na história da conservação da natureza no estado, já tradicionalmente conhecido pela devastação das florestas no seu interior e pela perda de extensas áreas de biomas importantes como a Mata Atlântica e o cerrado.

A AGEOBR